

COORDENADORES

FERNANDO RISTER DE SOUSA LIMA
ORLANDO VILLAS BÔAS FILHO

PATRÍCIA GIUNTI
LUCIA RE

ORGANIZADORES

RENAN SILVA MALACHIAS FERREIRA
JULIANA DAHER DELFINO TESOLIN

CONSTRUINDO A CIDADANIA ATRAVÉS DOS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Uma abordagem teórica e crítica

Londrina/PR
2025



THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Construindo a Cidadania através dos Direitos Sociais E Políticos: Uma Abordagem Teórica e Crítica. / Organização Renan Silva Malachias Ferreira, Juliana Daher Delfino Tesolin – Londrina, PR: Thoth, 2025.

383 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5113-129-5

1. Direitos Sociais. 2. A Teoria Dos Sistemas. 3. Direito. I. Pimentel; Mariana Barsaglia. II. Hatoum, Nida Saleh. (orgs.)

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Renan Silva Malachias Ferreira
Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

COORDENADORES	7
ORGANIZADORES	11
AUTORES	13
PREFÁCIO	19

CAPÍTULO 1

Antônio César de Araújo Freitas

POLÍTICAS PÚBLICAS E TEORIA GERAL DO DIREITO: UMA ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO VERDE.....	37
Introdução	37
1 Políticas Públicas na Teoria Geral do Direito	38
2 Políticas Ambientais e Tributação Verde: Conceitos e Justificativas	42
3 Implementação e Fiscalização - Desafios na execução de políticas fiscais ambientais	44
Conclusão	45
Referências.....	46

CAPÍTULO 2

Barbara Franco do Nascimento

Palloma Parola Del Boni Ramos

A CONSTRUÇÃO MORAL E POLÍTICA DO DIREITO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE DWORKIN	47
Introdução	47
1 A Construção moral e política na visão de Dworkin.....	49
2 Era da Globalização: uma perspectiva cosmopolita à luz da teoria dos direitos humanos de dworkin.....	51
3 Impactos e Desafios com a Globalização do Direito.....	52
4 Globalização e o direito: uma análise do Brasil e China	55
Conclusão	57
Referências	58

CAPÍTULO 3

Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes

A INELEGIBILIDADE POR REJEIÇÃO DE CONTAS: UMA LEITURA POSITIVISTA DO ART. 1º, § 4º-A, DA LC 64/90	61
Introdução	61
1 Inelegibilidade E Direitos Políticos No Brasil	62
1.1 Direitos Políticos, Democracia E Cidadania	62
1.2 A Inelegibilidade Como Restrição Aos Direitos Políticos	63
2 Contexto Histórico Da Inelegibilidade Por Rejeição De Contas.....	66
2.1 A Lei Da Ficha Limpa	67
2.2 A Última Reforma: Exigência De Dano Ao Erário.....	68
2.3 O Diálogo Institucional.....	68
3 Hipótese Legal E Requisitos Para Incidência Da Inelegibilidade.....	69
3.1 Texto Legal Atual	69
3.2 Requisitos Para A Configuração Da Inelegibilidade	70
3.2.1 Rejeição de Contas.....	70
3.2.2 Irregularidade Insanável.....	71
3.2.3 Ato Doloso de Improbidade Administrativa.....	73
3.2.4 Decisão Irrecorrível.....	74
3.2.5 Dano ao Erário.....	74
3.3 Considerações Acerca Da Configuração Da Inelegibilidade	76
4 Positivismo Jurídico	76
4.1 Adoção Do Positivismo Jurídico No Brasil.....	77
4.2 Críticas Ao Positivismo Jurídico.....	78
5 A Interpretação Restritiva Das Normas Infraconstitucionais E A Inelegibilidade Por Rejeição De Contas.....	79
5.1 A Inelegibilidade Como Restrição De Direito Fundamental.....	79
5.2 O Positivismo Jurídico E A Inelegibilidade.....	79
5.3 Análise Crítica De Decisão Judicial Do TSE	80
Conclusão	82
Referências.....	83

CAPÍTULO 4

Diego Antequera Fernandes

A CIDADANIA PRÉ-MODERNA COMO FONTE DE QUESTÕES PARA A PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SEUS PRESSUPOSTOS SIMBÓLICOS E IDENTITÁRIOS	87
Introdução	87
1 A cidadania como via de acesso aos deuses: as pólis gregas	89
2 A cidadania como via de acesso a novos territórios: a Roma antiga.....	90
3 Uma “cidadania” da cristandade.....	93
Conclusão	96
Referências.....	98

CAPÍTULO 5

Diego Leonardo Lourenço

ACESSO EQUITATIVO À EDUCAÇÃO: EXPLORANDO O POSITIVISMO JURÍDICO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	101
Introdução	101
1 Inclusão E Integração Como Direitos Fundamentais Em Todas As Esferas De Ensino.....	103
2 O Panorama De Pessoas Com Deficiência No Brasil.....	109
3 O Positivismo Jurídico Inclusivo Como Mecanismo De Integração	113
4 O Positivismo Jurídico Inclusivo Na Constituição Federal De 1988	116
Conclusão	120
Referências.....	121

CAPÍTULO 6

Felipe da Silva Corralo Chagas

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E MECANISMOS PSICOLÓGICOS	125
Introdução	125
1 O que é Discriminação?	126
1.1 Discriminação Positiva E Discriminação Negativa	127
1.2 Discriminação Direta E Discriminação Indireta	129
1.3 Discriminação Organizacional.....	132
2 Psicologia Social e Discriminação.....	133
2.1 Vieses psicológicos e heurística da disponibilidade.....	135
2.2 O fenômeno do favoritismo de grupo	138
Conclusão	140
Referências.....	141

CAPÍTULO 7

Gabriele Soares Amezaga

Thais Hardman Corazza

A RETOMADA DA FILOSOFIA DO DIREITO: POSITIVISMO JURÍDICO NO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA	143
Introdução	143
1 Uma Breve Abordagem Da Teoria Geral Do Direito	144
2 Surgimento Do Capitalismo De Vigilância	150
Conclusão	154
Referências.....	155

CAPÍTULO 8

Hilton Araújo de Melo

QUAL O PONTO DE ENCONTRO ENTRE O DIREITO E A JUSTIÇA?	157
Introdução	157
1 O que é Justiça	158
2 A Análise Econômica do Direito e o valor da eficiência	162
3 A Análise Econômica do Direito e o valor da equidade	165
4 A crítica de Ronald Dworkin	166
Conclusões	169
Referências	170

CAPÍTULO 9

Juliana Daher Delfino Tesolin

A POSITIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ANÁLISE DOS JULGADOS	173
Introdução	173
1 As constituições rígidas pós 2ª Guerra Mundial	175
2 A Constituição Federal de 1988 e a Positivação dos Direitos Sociais	177
3 O Direito à saúde na Constituição de 1988	179
4 O STF na concretização do direito à saúde	181
Conclusão	183
Referências	185

CAPÍTULO 10

Juliano Quelho Witzler Ribeiro

A EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO ANTES DO VENCIMENTO DA DÍVIDA NO ALONGAMENTO DE CRÉDITO RURAL: PERSPECTIVAS DE KELSEN, HART E MACCORMICK	187
Introdução	187
1 Bases Teórica Da Teoria (Geral) Do Direito: Perspectivas De Kelsen, Hart E Maccormick	190
2 O estado da arte na dogmática e na jurisprudência dos tribunais de justiça dos estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná	193
3 A exigência de pedido administrativo antes do vencimento da obrigação pelas perspectivas de Kelsen, Hart e Maccormick	197
Conclusão	200
Referências	201

CAPÍTULO 11

Lídia Leite de Moraes

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA INFANTOJUVENIL SOB UMA PERSPECTIVA DE NIKLAS LUHMANN..... 203

Introdução	203
1 O Exercício Da Cidadania Desde A Infância/Adolescência	205
2 Existem Fatores Para Se Atingir Uma Comunicação Plena?.....	208
3 A Construção Da Identidade A Partir Dos Meios De Comunicação.....	210
Conclusão	212
Referências.....	213

CAPÍTULO 12

Lídiccy Fadel Bueno Gomes

Victoria Maria Gomes Leitão

O PAPEL DO DIREITO TRIBUTÁRIO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA: UMA BREVE ANÁLISE DOS NOVOS INSTRUMENTOS INCORPORADOS PELA REFORMA TRIBUTÁRIA 215

Introdução	215
1 O Papel Do Direito Tributário Na Proteção Dos Direitos Fundamentais Dos Contribuintes.....	216
2 Justiça Tributária: Promovendo A Equidade Na Sociedade.....	221
3 Pilares Da Justiça Tributária Na Reforma Tributária	227
3.1 Alíquota Zero Nos Alimentos De Cesta Básica: Programa De Cesta Básica Nacional	228
3.2 A devolução personalizada de tributos: cashback	229
Conclusões	231
Referências.....	232

CAPÍTULO 13

Lucas Baltasar Morimoto da Silva

A TEXTURA ABERTA DA DÚVIDA JUSTIFICADA EM PROCEDIMENTOS ARBITRAIS..... 235

Introdução.....	235
1 A textura aberta do Direito.....	236
2 A dúvida justificada em procedimentos arbitrais	239
3 Da (im)possibilidade de parametrização de fatos que denotam <i>dúvida justificada</i>	242
Conclusão	245
Referências.....	245

CAPÍTULO 14

Natã Filipi Naves Caldas

O ARGUMENTO ORÇAMENTÁRIO COMO POLÍTICA NA FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES TRIBUTÁRIAS	249
Introdução.....	249
1 Interpretação Da Lei Tributária.....	251
2 O Argumento Orçamentário	256
3 Qualidade E Integridade Das Decisões	261
Conclusão.....	265
Referências	266

CAPÍTULO 15

Marcelo Fonseca Santos

A TEORIA DOS SISTEMAS DE LUHMANN E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	267
Introdução	267
1 O pensamento autopoiético de Niklas Luhmann e Inteligência Artificial	269
2 Inteligência Artificial.....	272
Conclusão	286
Referências.....	287

CAPÍTULO 16

Rafael Teixeira Siniscalchi

O IDEAL DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E SUA INFLUÊNCIA NA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS ELEITORAIS.....	289
Introdução	289
1 Uma Retomada Histórica Do Ideal De Justiça Distributiva.....	290
2 A Justiça Distributiva Em John Rawls E A Formulação De Ações Afirmativas	293
3 A Política De Criação Das Cotas Eleitorais No Brasil.....	296
Conclusão	299
Referências.....	301

CAPÍTULO 17

Renan Silva Malachias Ferreira

DEMOCRACIA SEGUNDO A TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN	305
Introdução	305
1 Entendendo A Teoria Dos Sistemas	306
2 O Sistema Político Ao Qual A Democracia Está Inserida	312
3 Conceituação De Democracia Por Niklas Luhmann	314
Conclusão	320
Referências.....	321

CAPÍTULO 18

Savio Ferreira de Carvalho Issaac Chalita

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS POLÍTICOS A PARTIR DAS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E SEUS DESAFIOS: CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS 323

Introdução	323
1 Instrumentos de exercício da democracia por seus titulares	324
1.1 Condições de Elegibilidade.....	326
1.1.1 Nacionalidade.....	326
1.1.2 Pleno exercício dos direitos políticos.....	328
1.1.3 Alistamento e domicílio eleitoral.....	328
1.1.4 Filiação partidária e idades mínimas.....	329
1.2 Hipóteses de Inelegibilidade	330
2 Candidaturas ou mandatos coletivos.....	333
Conclusão	337
Referências.....	338

CAPÍTULO 19

Thiago Gonçalves Coriolano

PROBLEMAS ESTRUTURAIS, DIREITOS SOCIAIS E DESIGUALDADES JUDICIAIS 341

Introdução	341
1 O Problema Estrutural Em Uma Sociedade Complexa	342
2 O Processo Estrutural Como Técnica Processual.....	347
3 A Questão Dos Direitos Sociais E A Desigualdade Judicial Criada Pela Judicialização	350
Referências.....	351

CAPÍTULO 20

Victor Gomes Hunold De Camilo

PLURALISMO INSTITUCIONAL, CIDADANIA E EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS: UMA ABORDAGEM REFORMACIONAL..... 353

Introdução	353
1 Centralização Estatal e Judicialização dos Direitos Sociais: Limitações e Desafios.....	354
2 Desafios Práticos na Efetivação dos Direitos Sociais.....	358
3 Densidade Institucional Livre e uma ideia de Cidadania Ampliada	360
4 Entrelaçamentos Encápticos e Efetivação dos Direitos Sociais	367
Conclusão	370
Referências.....	371

CAPÍTULO 21

Vivian Marcondes de Oliveira

REGULAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DOS SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS: UMA REVISÃO LITERÁRIA	375
Introdução	375
1 Breve síntese da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann	375
2 Günther Teubner e a regulação social através do direito	377
3 Pluralização da Regulação, por John Braithwaite e Christine Parker.....	379
Conclusão	382
Referências.....	382